

A Varinha de Celeron*.

Newton Reginato

Procurador de Justiça (aposentado) do MPSP

Muitas ocorrências ficam registradas frente e verso nas páginas da nossa memória, cujo conjunto de folhas, sem qualquer sequência ou diagramação, formam o esboço do “livro das nossas vidas”. Familiares, professores, amigos, conhecidos e colegas de trabalho assinalam suas presenças, da mesma forma que fatos e circunstâncias contribuem com ilustrações nesse “romance mnemônico”.

Nunca fui aluno destacado nas matérias vinculadas às áreas das ciências exatas e biomédicas, panteão de deidades cultuadas, até certo ponto, por *modismo*, numa época que elegeu a engenharia e a medicina como profissões superiores.

A matemática era um mistério impenetrável para mim, da mesma forma que a língua inglesa, como qualquer outra (salvo a itálica e a castelhana), um brutal enfado; dela eu não senti a mínima falta porque abracei a carreira jurídica que exerci por trinta e oito anos sem dela precisar, e não senti – como ainda não sinto – o menor arrependimento.

Para os leitores terem uma ideia do meu relacionamento com a matemática, vou narrar um episódio ocorrido em sala de aula quando cursava o terceiro colegial.

Poucas pessoas gostam da segunda-feira. Minha mãe adorava: era o retorno da rotina doméstica. Eu nunca gostei: causavam-me enfado duas aulas de língua inglesa logo de cara e uma de língua portuguesa (com o mesmo professor), e duas de matemática (com a mesma professora). Era o pior dia da semana. Contudo, acho que fui o único aluno do curso colegial que desfrutou, em sala, aulas particulares de matemática com a própria professora da matéria, sentado ao lado dela (pobre Dona Eunice!) bem quietinho e atencioso. Belo dia:

– Newton, não sei mais o que eu faço com você! O que está acontecendo? Ou eu não sei dar aulas ou você não gosta de mim!

– Nem uma coisa e nem outra, professora! – respondi. Se todos os meus colegas vão bem na sua matéria e eu não, logicamente o problema sou eu e não a senhora. A senhora é uma excelente professora. Além disso, eu gosto muito da

senhora! Gosto tanto, tanto, mas tanto, que até pediria a sua mão em casamento.

Obviamente fui colocado para fora da sala, mas não reprovado, porque a mestra era sabedora do meu bom desempenho nas demais matérias e da minha fraqueza na dela, estando bem ciente, inclusive, do meu desejo em seguir carreira em uma área específica das Ciências Humanas, o que veio a ocorrer.

– Mas se não fosse aquela “declaração de amor”, hein, Newtão!? – debochavam meus antigos colegas de classe quando recordavam do episódio que, no entender deles, evitou a minha reprovação.

Mas o que é certo é que o meu primeiro contato com a língua inglesa ocorreu em 1967 no primeiro ano ginásial, e o livro indicado foi o “Spoken English” (Book One), da autoria do professor João Fonseca, um capa dura acinzentado sugestivo dos nevoeiros do Mar do Norte, com título grafado em branco, vermelho e azul, ilustrada por um contorno geográfico compreendendo Inglaterra, Escócia e País de Gales, países esses identificados por pequenas gravuras regionalistas, com esquecimento da Irlanda do Norte (por qual motivo, até hoje eu não sei). Em suma, o livresco era o equivalente bretão da cartilha “Caminho Suave” da Branca Alves de Lima, e o nosso “mestre iniciático”, no dito idioma, foi o professor José Pinheiro, um homem sério, de meia estatura, sempre elegantemente trajado, cujo semblante era uma mistura dos atores de cinema Yul Brinner e West Studi (v. Google), diplomado em Oxford, que sabia impor presença com seu guarda-pó caqui e um bastão fino (da grossura de um giz) de “celeron”, com o qual tamborilava o quadro negro e a cabeça dos alunos avoados, não raro os colocando para fora da sala (pelas orelhas) como prenúncio da convocação dos pais perante a Diretoria (algo inimaginável nos dias de hoje). Lecionou durante dois anos na escola onde estudei e somente o reví, quinze anos depois, numa determinada tarde, nas dependências do Tribunal de Justiça às portas do Tribunal do Júri, perante o qual ele exercia a função de “jurado” (como fiquei sabendo).

Naturalmente ele não me reconheceu, mas eu o reconheci. Não havia como não reconhecê-lo, pois logo me veio à lembrança o semblante do meu primeiro professor de língua inglesa (com cara de índio “Cherokee”) dos tempos de ginásio.

– Professor José Pinheiro? – arrisquei.
– Sim! Eu mesmo! Pois não!
– É um prazer revê-lo! Fui seu aluno nos dois primeiros anos de ginásio – e procurando identificar-me, tentei voltar no tempo.

– Sim, sim, sim! Lembro-me perfeitamente ter lecionado para vocês, e hoje tenho aqui, a minha frente, um homem feito. O que o senhor faz por aqui?

– Sou Promotor Público** Substituto designado para auxiliar na 9ª. Vara Criminal.

Ele parou. Olhou-me com aquele olhar sisudo de sala de aula. Tranquilizou-me o fato dele não estar “armado” da varinha de celeron. Segurou-me pelos ombros (não pelas orelhas). Olhou-me de alto a baixo, esboçou um sorriso por mim nunca visto, e com satisfação disse:

– Que honra é para um velho professor ver um ex-aluno alcançar o cargo que o senhor alcançou e poder tratá-lo de “doutor” e de “excelência”! – e abraçou-me como um amigo que abraça outro há muito não visto, cumprimentando-me.

Conversamos amenidades, saímos para tomar café, nos despedimos, e seguimos nossos destinos.

Assim, caros leitores, foi o meu reencontro com um antigo professor que empunhava, sisudo e enérgico, uma “varinha de celeron”, que depois daquela tarde dos idos de 1980 (ou 1981?) nunca mais revi, restando-me hoje, passados tantos anos, dele recordar e apenas dizer:

– Foi bom revê-lo naquela tarde, professor Pinheiro! Receba o abraço deste seu ex-aluno onde estiver, porque o senhor sempre estará presente na sala de aula e nos corredores do Fórum das minhas lembranças.

São dezesseis horas de uma quarta-feira fria e úmida, como aquela, e vou até a cozinha coar café.

*Celeron: laminado industrial termorrígido, resultado da prensagem de camadas de tecido de algodão com resina fenólica sob alta pressão e temperatura.

**Promotor Público: antiga denominação do cargo de Promotor de Justiça.